

**AO JUÍZO DA XXXX VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES  
DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXX - UF**

**Processo**  
**Ação de alimentos**

**FULANO DE TAL**, neste processo representado por sua genitora **FULANO DE TAL**, ambos devidamente qualificados nos autos do processo eletrônico em epígrafe, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, apresentar sua

**IMPUGNAÇÃO POR RÉPLICA**

à contestação e documentos da parte requerida (ID nº     ), pelos motivos de fato e de direito a seguir delineados.

**RESUMO DA CAUSA**

A parte autora ajuizou a presente demanda no intuito de obter prestação alimentícia no importe de 30% sobre sua remuneração bruta, abatidos os descontos legais.

Merece ser realçado que no momento da propositura da ação de alimentos, a parte autora acreditava que o requerido era servidor da prefeitura Municipal de XXX/UF e que ele exercia o cargo de fiscal de postura e ainda auferia rendimentos na iniciativa privada e como professor vinculado ao Estado de Minas.

Na decisão Interlocutória ID nº     , o Juízo fixou os alimentos provisórios em 25% sobre a remuneração bruta do réu.

---

Em seguida enviou ofício para a Prefeitura de XXXXX - UF para que se procedesse aos descontos necessários.

Por sua vez, a Prefeitura de XXXXX informou que o requerido não mais integrava seu quadro de funcionários em razão de ter tomado posse no cargo de Investigador da Polícia Civil de Minas Gerais (ID nº     ).

Ao tomar ciência da mudança da situação profissional e dos rendimentos do genitor, o Juízo proferiu nova decisão (ID Nº     ), na qual fixou os alimentos provisórios em 20% da remuneração bruta do réu.

Ciente dos termos da demanda, o requerido apresentou contestação (ID nº     ), questionando o pedido inicial e o valor dos alimentos provisórios fixados pelo Juízo.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

Cumpre ressaltar que os pais do menor FULANO DE TAL não possuem relação harmônica, razão pela qual a comunicação entre ambos é ruim.

Ademais, o genitor do autor reside em Unidade Federativa distinta da qual o menor e sua mãe residem.

Deste modo, é justificável o fato de a autora não ter ciência por completo da situação profissional do réu.

Assim, mostram infundadas as alegações de que a mãe no menor teria agido de forma inadequada ao formular os pedidos elencados na exordial.

Na mesma senda, não se mostra adequada a tentativa do réu de trazer à baila fatos que não possuem relação com a presente demanda, fundados em simples de elementos de informação não sujeitos ao

---

contraditório e à ampla defesa e que suspostamente teriam ocorrido há dois anos ou mais.

Dessa forma, essas questões não serão discutidas nos presentes autos pela parte autora.

No que se refere à questão dos alimentos, merece ser realçado que é possível notar que é certo que o contestante exerce o cargo de Investigador de Polícia desde Julho de 2019, auferindo renda mensal bruta de R\$ (XXXXX reais).

Conforme se infere do que está narrado nos autos por ambas as partes, o genitor pagava a importância de R\$ (XXXX reais) ao mês a título de obrigação alimentar. Esse valor é inferior a 10% dos seus rendimentos dos requerido.

Em sua defesa, o genitor pleiteia a fixação da obrigação alimentícia em patamar de 45% sobre o salário mínimo vigente, valor que seria correspondente a R\$ (XXXXXX).

Essa quantia ofertada pelo requerido equivale a 11,47% de sua remuneração.

Todavia, nitidamente esse valor não se mostra adequado à satisfação das necessidades do menor, pois conforme apontado na inicial, somente a mensalidade escolar do infante gera despesa de R\$ (XXXXX reais).

Destaque-se que não se mostra razoável que o menor seja matriculado em escola pública, conforme sugerido pelo requerido na contestação, pois é fato notório que tal mudança acarretaria uma série de prejuízos ao desenvolvimento educacional do menor FULANO DE TAL, uma vez que as instituições de ensino privadas no Brasil tendem a proporcionar melhor aprendizado e segurança a seus alunos.

---

Ademais, as despesas apontadas pelo réu a título de alimentação, moradia, luz, telefone, e outros, não possuem o condão de eximi-lo de sua obrigação enquanto genitor da criança.

Ressalte-se que são despesas ordinárias, da mesma categoria de despesas a serem suportadas por qualquer cidadão, incluindo a representante do menor.

Também não merece ser acolhida a tentativa de fixação da obrigação alimentar sobre o salário mínimo, porque o requerido é servidor público, de forma que a prestação alimentícia deve incidir sobre a renda bruta dele e descontada em folha de pagamento, conforme e infere dos artigos 529 e 912 do CPC.

Ademais, eventual fixação dos alimentos com base no salário mínimo seria prejudicial para o menor e não levaria em consideração a renda efetivamente recebida pelo réu, pois desconsideraria adicionais e acréscimos decorrentes do exercício do cargo público exercido pelo réu.

Diante desse quadro, não resta dúvida que a pretensão do requerido não merece ser acolhida.

Sabe-se que a doutrina pátria adotou o princípio da proteção integral do infante, positivado no artigo 227 da Carta Magna, estabelecendo como dever da família e da coletividade assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade, violência e opressão.

No mesmo viés, o Estatuto da Criança e do Adolescente alberga os princípios do melhor interesse do menor e da proteção integral.

---

Ainda neste sentir, sabe-se que o costume jurisdicional brasileiro se orienta pelo binômio necessidade + possibilidade, no que tange à fixação das obrigações alimentares.

Tendo isso em mente, os elementos probatórios constante nos autos demonstram que as necessidades do menor não destoam daquilo que é inerente às crianças de sua faixa etária.

Demonstram também a possibilidade financeira do genitor em arcar com a obrigação alimentar nos moldes pleiteados na inicial, a saber: a fixação de alimentos em valor relativo a 30% dos rendimentos brutos do requerido.

## **PEDIDO E REQUERIMENTOS**

Em suma, tendo em vista os princípios da proteção integral e melhor interesse da criança, bem como orientando-se pelo binômio alimentar da necessidade e possibilidade, pugna-se pela procedência dos pedidos da inicial e pela improcedência dos pedidos elencados em sede de contestação, uma vez que o patamar alimentício sugerido não se mostra razoável ou adequado às necessidades básicas do menor FULANO DE TAL.

No que se refere à produção de provas, considerando que possui poucas informações sobre a situação financeira do requerido, no intuito de demonstrar que este tem condição de pagar os alimentos pedidos na inicial, o autor requer que seja determinada a quebra dos sigilos bancários e de operações com cartões de crédito e de débito do réu, com requisição dos respectivos extratos relativos aos seis últimos meses.

Para mesma finalidade acima mencionada, requer que seja feita pesquisa RENAJUD com o objetivo de localizar eventuais veículos registrados em nome do executado e que sejam requisitadas as três últimas declarações de bem rendimentos do réu enviadas para a Receita Federal.

Pede deferimento.

---

Termos em que, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL  
Defensor Público